



Ata Nº 27

Ao trigésimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, neste concelho de Portalegre e no Centro de Congressos do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, António José da Mota Casa Nova, Laura Ivone Velez Galão, Ana Margarida Salgueiro Curinha, Sónia Ceia da Silva, João Nuno Cardoso e Nuno Gonçalo Franco Lacão, na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião Extraordinária de Câmara.-----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Rui Pinto, chefe da Divisão dos SMAT; José Gandum, chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças; Cláudia Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; tendo a reunião sido secretariada pela assistente técnica Maria Ruivo.-----

ABERTURA DA REUNIÃO: A reunião foi declarada aberta pela Senhora Presidente eram 9:34H, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

FALTAS JUSTIFICADAS:

Não esteve presente na reunião o Senhor Vereador Luís Moreira Testa, nos termos do art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro.-----

A Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido.-----

A. Substituições

O Senhor Vereador Luís Moreira Testa fez-se substituir nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, pela Senhora Vereadora Sónia Ceia da Silva, atenta a ordem da lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.-----

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

Diversos

1101 – Para deliberar – Presente proposta de cessação de procedimento concursal para constituição jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico para integrar o serviço de comunicação.-----

A Senhora Presidente explicou que a cessação deste procedimento concursal se deve ao facto de possuir uma equipa com 5 colaboradores neste gabinete e, em seu entendimento, existem no Município outros serviços mais carenciados, nomeadamente os que estão incluídos no mapa de pessoal para 2023. Deu o exemplo dos motoristas de pesados, de colaboradores operacionais e informou que está concurso aberto para dois coveiros que são prioritários atualmente.-----

O Senhor Vereador João Cardoso referiu que não tem nada a opor relativamente ao que a Senhora Presidente decidir sendo da sua competência a gestão de recursos humanos.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com abstenção das Vereadoras Margarida Curinha e Sónia Ceia da Silva, aprovar a cessação de procedimento concursal para constituição jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico para integrar o serviço de comunicação e revogar a deliberação da reunião 28 de abril de 2021.-----

DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

Serviço Património

1102 – Para deliberar – Pela Senhora Presidente, foi presente proposta para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2023.-----

A Senhora Presidente informou que a proposta vai no sentido de fixar o percentual em 0,25%, referente à Taxa Municipal do Direito de passagem para vigorar em 2023.-----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2023, e submeter à aprovação da **Assembleia Municipal**.-----

1103 – Para deliberar – Pela Senhora Presidente, foi presente proposta para fixação do percentual da Derrama a cobrar no ano 2023. -----

A Senhora Presidente informou que a proposta é fixar a Derrama em 0%, isto é, não cobrar qualquer derrama às empresas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fixar a Derrama em 0% e submeter à aprovação da **Assembleia Municipal**.-----

1104 – Para deliberar – Pela Senhora Presidente, foi presente proposta para fixação do percentual da Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023. -----

A Senhora Presidente esclareceu que a proposta é manter o percentual em 3,75%.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fixar o percentual de 3,75%, relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para vigorar no ano 2023 e submeter à aprovação da **Assembleia Municipal**.-----

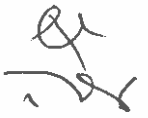
1105 – Para deliberar – Pela Senhora Presidente, foi presente proposta para fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).-----

A Senhora Presidente esclareceu que a proposta vai no sentido da continuação de diminuição do IMI a aplicar nos prédios urbanos e passar dos 0,39 atuais para os 0,37 em 2023.-----

Minorar em 30% o IMI dos prédios urbanos sitos na rua industrial, na zona histórica de Portalegre, Alegrete e Carreiras. -----

Redução do IMI destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou agregado familiar, de acordo com os seus dependentes.-----

O Senhor Vereador João Cardoso analisou que só foram enviados mapas de majoração referentes aos prédios de Alegrete, Carreiras, Sé e S. Lourenço.-----



Relembrou que numa Assembleia Municipal do anterior mandato existiu uma deliberação de apenas majorar esses em zonas onde fosse possível a minoração e perguntou à Senhora Presidente se este facto ainda se mantém,-----

A Senhora Presidente pediu ao Senhor chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças que facultasse informação adicional.-----

O Dr. José Gandum prestou informação técnica detalhada. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fixar:-----

Para o ano de 2022, a liquidar em 2023, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos da c) do n.º 1 e n.º 5 do art.º 112º do CIMI:-----

- Prédios urbanos – 0,37%; -----

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 do art.º 112º do CIMI, podendo os Municípios definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, fixar: -----

Minoração de 30% do IMI dos prédios urbanos sitos na zona Industrial, no sentido do combate à desertificação, devendo os proprietários efetuar esse pedido. Os proprietários dos referidos prédios urbanos só podem beneficiar da minoração se cumprirem os prazos e as obrigações previstos no título de compra e venda, no Regulamento aplicável e nas prorrogações de prazos aprovadas pela Câmara Municipal;-----

Minoração em 30% do IMI de prédios urbanos localizados nas zonas históricas de Portalegre, Carreiras e Alegrete, no sentido do combate à desertificação, que não tenham um estado de conservação mau (2) ou péssimo (1), devendo os proprietários efetuar esse pedido; -----

Minoração da taxa de IMI em prédios urbanos localizados dentro dos limites dos perímetros urbanos nos termos do Regulamento de PDM do Município de Portalegre, que estejam degradados, devolutos e em ruína, que tenham um estado conservação de mau (2) ou péssimo (1) e que sejam objeto de reabilitação executada em 2020, nos seguintes termos: -----

Em 10%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação médio (3); --

Em 20%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação bom (4); ----

Em 30%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação excelente (5).



Handwritten signature

Estas minorações devem ser requeridas pelos proprietários e serão concedidas após verificação do estado de conservação do edifício, nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, na sua atual redação.-----

Redução da taxa de IMI nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do art.º 112-A do CIMI e Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Nos termos do n.º 3 do artigo 112º do CIMI as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI são elevadas ao triplo, nos casos dos prédios em ruína das áreas de reabilitação urbana (ARU), de Alegrete, Carreiras e Portalegre, conforme listagens em Anexo.-----

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 8 do art.º 112º do CIMI, podendo os Municípios majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, das áreas de reabilitação urbana (ARU) de Alegrete, Carreiras e Portalegre considerando-se como tais, face ao seu estado de conservação, aqueles que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, conforme listagens em Anexo: -----

- A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados dentro dos limites dos perímetros urbanos nos termos do Regulamento do PDM do Município de Portalegre, que estejam degradados, para os quais a Câmara Municipal tenha determinado a execução de obras de conservação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas, conforme listagem em Anexo. -----



Nos termos e para os efeitos das alíneas a), b) e c) do n.º 2 do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo DL. 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, aprovar as isenções, a saber: -----

São isentos de IML os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovada, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos, no caso de imóveis afetos ao arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente; -----

São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da aquisição; -----

São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano, na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente; -----

Redução a metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação a que se refere a b) anterior. -----

Para efeitos de aplicação da taxa de IML prevista no n.º 3 do artigo 112º, e em cumprimento do n.º 14 do mesmo artigo, e no n.º 2 do artigo 112-A, todos do CIMI, que seja autorizada a Divisão de Administração Geral e Finanças, após aprovação da **Assembleia Municipal** a enviar os dados por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, com a identificação dos artigos matriciais e números de contribuinte dos proprietários dos prédios urbanos que se encontrem nas situações supra referidas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno. -----

Que seja delegada na signatária, a autorização para proceder à retificação de eventuais situações que possam vir a detetar-se no decurso do ano de 2023, quanto aos pressupostos de majoração incorretamente valorados na presente deliberação, e a consequente comunicação ao Serviço de Finanças da regularização das mesmas em sede de IML ou devolução das quantias pagas. -----

1106 – Para ratificar - Presente proposta para ratificação do despacho da Senhora Presidente, referente ao anúncio 176232/2022 da Conservatória do Registo Predial de Portalegre, de 14 de novembro de 2022, para exercício do direito de preferência,



relativamente ao prédio sito na Rua Marquês de Pombal, nº 54, da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, concelho de Portalegre.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do Art.º 35.º do Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Senhora Presidente da Câmara, de 18 de novembro de 2022, que determinou não exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa, pelo valor de 4.500,00€.-----

1107 – Para ratificar - Presente proposta para ratificação do despacho da Senhora Presidente, referente ao anúncio 176244/2022 da Conservatória do Registo Predial de Portalegre, de 14 de novembro de 2022, para exercício do direito de preferência, relativamente ao prédio sito no Largo 28 de Janeiro nº10, da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, concelho de Portalegre. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do Art.º 35.º do Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Senhora Presidente da Câmara, de 18 de novembro de 2022, que determinou não exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa, pelo valor de 95.500,00€.-----

Serviço de Contabilidade

1108 – Para deliberar – Orçamento para 2023 e Plano Orçamental Plurianual.-----

A Senhora Presidente explicou que o orçamento de 2023 é marcado pela conjuntura económica nacional e internacional no que respeita aos aumentos das taxas de juro e inflação, com impacto nas despesas de funcionamento do Município, situação que conjugada com os aumentos salariais justificam o acréscimo de 2,86% da despesa corrente.-----

A despesa de capital cresce 14%, situação inteiramente condicionada pelos prazos das obras cujo termo das candidaturas coincide com o ano 2023.-----

Muitas das obras que se atrasaram este ano e não se iniciaram, ou não se concluíram dentro dos prazos, terão de ter em 2023 um aceleramento, a fim de cumprir os prazos, onde o término de algumas é dezembro de 2023.-----

A Receita total prevista para o Orçamento de 2023 é 33.843.881€, sendo as Receitas Correntes de 22.333.013€ e as de Capital 11.510.868€, das quais 10.454€ de Reposições não Abatidas aos Pagamentos.-----



As Receitas Correntes representam 66% do total das receitas, onde se destacam, pelo seu peso na receita total, as Transferências Correntes (40,3%), os Impostos Diretos (15,1%) e a Venda de Bens e Serviços Correntes (9,3%).-----

As Receitas de Capital equivalem a 34% da totalidade da receita prevista, sendo a Transferência de Capital a componente de maior valor absoluto (11.240.182€), a qual registará previsivelmente um aumento de 33,2% face a 2022.-----

As despesas correntes previsionais – 18.762.116€ – representam 55,4% das despesas totais. Destacam-se as despesas com pessoal, no valor de 9.933.188€, que equivalem a 29,4%, do total e que registam previsivelmente um aumento de 7,06% face às dotações corrigidas de 2022.-----

Quanto à aquisição de bens e serviços – 6.860.411€, componente também com elevado peso (20,3%), apesar dos aumentos gerais há uma previsão de decréscimo de (-3%), fruto de algumas medidas de reorganização e contenção de despesas de funcionamento.-----

Assinala-se ainda uma variação positiva do valor dos juros, que se estimam totalizar um acréscimo de 115.262€ em 2023. Prevê-se que as despesas de capital totalizem 15.081.765€, dos quais 13.530.880€ correspondem a aquisição de bens de capital, a componente de maior peso de todas as classificações da despesa e que regista um aumento (18%) no conjunto das despesas de capital.-----

As restantes – transferências de capital, passivos financeiros, registam um decréscimo do seu valor relativamente a 2022.-----

É nas Grandes Opções do Plano que se encontram vertidas as principais Opções Políticas do Executivo, das quais decorrem os projetos e as ações que o Município se propõe executar durante o ano de 2023, bem como as intenções e oportunidades de ações passíveis de candidaturas a financiamentos externos, que se concretizarão sob condição desse financiamento ser alcançado.-----

A Senhora Presidente passou em seguida a destacar os valores mais evidentes - Funções Gerais temos 1.254.858,00€.-----

Funções Sociais temos 12.838.885,00€: na Educação 5.584.897,00€; Ação Social 1.460.763,00; Habitação 1.573.804,00€; Ordenamento do Território 1.201.976,00€; Resíduos Sólidos 1,274.286,00, Cultura 1.202,622,00€ e Desporto, Recreio e Lazer 398,018,00€.-----

Funções Económicas temos 5.047.711,00€, destacando-se os Parques Industriais 3.133.953,00€, para a construção da Escola da GNR, bem como a criação de mais lotes de terreno na zona industrial iluminação Pública 1.139.350,00€.-----



Outras Funções onde que destacam são os empréstimos bancários 1.680.768,00€ e as Transferências de Administração Autárquica para as Juntas de Freguesia 282.042,00€,—

Administração Geral

- Continuidade na manutenção de equipamentos municipais;
- Aquisição de 6 viaturas de transporte escolar.-----

Proteção Civil

- Dar continuidade ao processo de certificação do Heliporto Municipal de Portalegre (HMP), para utilização do meio aéreo ao serviço do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).-----
- Continuidade do subsídio de apoio aos Bombeiros Voluntários de Portalegre (BVP) e atribuição de um subsídio para a atividade de duas Equipas de Intervenção Permanente (EIP).-----

Educação

- Continuidade no apoio ao Ensino pré-escolar e 1º Ciclo, nomeadamente fornecimento de pessoal, equipamentos e refeições.-----
- No âmbito da Delegação de Competências nos termos da lei 21/2019, foi reforçada com a passagem para gestão municipal de 2 refeitórios (Bonfim e José Régio) e a continuidade da Gestão do Refeitório da Escola de São Lourenço, procurando desta forma uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.-----
- No âmbito da Ação Social Escolar, destacam-se auxiliares económicos em apoio alimentar, transportes escolares, alojamento, prevenção de acidentes e seguro escolar.
- No que diz respeito a Investimentos em matéria de educação, destacam-se as seguintes situações:
 - Requalificação e Ampliação da Escola Cristóvão Falcão, onde se verificou uma anomalia e serão necessários mais um milhão de euros, prejudicando o nosso orçamento.-----
 - Remodelação do Centro Social e Jardim Infantil de São Cristóvão;-----
 - Residência para Estudantes do Ensino Superior no sentido de resolver a falta de alojamento dos estudantes.-----

Saúde

- Conclusão do processo em colaboração com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA) para a construção da Extensão da Unidade de Saúde Familiar (USF) Portus Alacer, no Bairro dos Assentos.-----



- Início da construção das novas extensões de saúde nas Freguesias de Reguengo e São Julião e Ribeira de Nisa e Carreiras, nomeadamente a extensão de saúde das Carreiras e de S. Julião.-----

Ação Social

- Manter os apoios que visam o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos munícipes, com o Cartão Municipal do Idoso, o Cartão Social do Múncipe, o Cartão Especial do Múncipe (com apoios em comparticipação na água, transportes e medicamentos).-----

Habitação

- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1º Direito, contemplando os projetos e início de obras para 109 fogos;

- Criação de um Apartamento de Transição, que já temos a candidatura aprovada.----

Ordenamento do Território

- Dar continuidade à reabilitação e a reconversão do edifício dos Antigos Paços do Concelho em Centro Documental de Património, uma obra que se atrasou muitíssimo, já era para estar concluída.-----

- Término das Infraestruturas do Loteamento da Ratinha.-----

- Início das Infraestruturas do Loteamento da Amoreira – Urra e do Loteamento da Gafa.

Resíduos Sólidos

- Continuidade da recolha seletiva de bio resíduos no Concelho.-----

- Aquisição de Viatura para recolha de bio resíduos e aquisição de Contentores.-----

- Ainda no âmbito dos bio resíduos, será contemplada uma candidatura no programa Recolha Bio.-----

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

- Dar continuidade à melhoria do equipamento do Serviço de Jardins e do Serviço de Cemitério. No Serviço de Cemitério recuperar a Capela Mortuária, um imóvel que se encontra com alguma degradação.-----

- Continuidade da recuperação de Sanitário Públicos nas Freguesias Rurais.-----

Cultura

- Continuar a desenvolver e a consolidar ações e eventos que visem promover a preservação e a valorização do património cultural.-----

- Continuar a assegurar a dinamização do conjunto de equipamentos culturais, nomeadamente no Centro de Artes do Espetáculo de Portalegre (CAEP).-----

- Respeitante ao CAEP e ao Auditório do Museu da Tapeçaria está também em curso uma candidatura que integra a aquisição de equipamento audiovisual.-----



- Continuidade ao Associativismo Cultural, tendo um aumento no seu reforço de 25%.---
- Término dos investimentos incluídos na Candidatura Tapeçaria de Portalegre – Valorização, Promoção, Divulgação e Projeção, candidatura aprovada pelo Turismo de Portugal.-----
- Demolição de Imóvel na Rua dos Muros de Baixo e requalificação e recuperação da muralha.-----

Desporto, Recreio e Lazer

- Manter o apoio a provas icónicas do Concelho (Baja 500 Portalegre, UTSM, Trilhos dos Reis e Circuito BTT Pedalar em Portalegre).-----
- Manter o apoio ao Associativismo Desportivo;
- Iniciar o projeto de Requalificação do Complexo da Antiga Piscina Municipal de Portalegre, o projeto de arquitetura foi desenvolvido internamente no Município, queremos contratar projetos de especialidades e dar seguimento a esta intenção.-----
- Abertura da rubrica para a Requalificação do Estádio Municipal e Balneários, tentaremos enquadrar esta requalificação numa aprovação de candidatura.-----
- Parques Industriais.-----
- Continuidade na requalificação e crescimento do Parque Industrial de Portalegre, com a empreitada da Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Portalegre.-----
- Conclusão da Rotunda na EN246 para acesso à Zona Industrial de Portalegre que está a decorrer a bom ritmo.-----

Iluminação Pública

- Substituição de algumas luminárias mais antigas por luminárias de tecnologia LED.-----
- Dar início ao projeto de constituição de uma Comunidade de Energia Renovável (CER).-----
- Continuidade da instalação de Iluminação Cénica no Concelho de Portalegre e ampliação da Rede de IP.-----
- Transportes.-----
- Dar continuidade ao trabalho de conservação e beneficiação dos pavimentos rodoviários municipais, paulatinamente, uma vez que, temos muitas vias de comunicação degradadas, sendo um dos maiores problemas do nosso Município.-----
- Projetos como a requalificação da Ponte sobre a Ribeira de S. Pedro, área envolvente e a Requalificação da Entrada da Cidade.-----

Mercados e Feiras

- Recuperação e Renovação da Cobertura do Mercado Municipal de Portalegre, uma obra que se iniciou agora.-----



- Entrada em vigor do novo Regulamento e Tabela de Taxas do Município, abrangendo vários setores.-----

Turismo

- O Município pretende manter os grandes eventos de qualidade, que projetam e potenciam a marca Portalegre.-----

- Recuperação de vários equipamentos turísticos.-----

- Recuperar o Parque de Campismo da Quinta da Saúde.-----

- Implementar algumas Quinzenas Gastronómicas / Caminhadas Temáticas.-----

- Dar nota da Candidatura para promoção e dinamização do Castelo de Portalegre e do Castelo de Alegrete, no âmbito do programa Dinamização da Rede das Fortalezas de Fronteira do Alentejo.-----

- Continuidade da Grande Rota das Cascatas da Serra de São Mamede, apresentada também uma candidatura.-----

Transferência entre Administrações

- Reforço do protocolo com as Juntas de Freguesia que pretendemos reforçar em 30%, em relação ao ano transato.-----

Intervenção o Senhor Vereador João Cardoso para dizer que "quem ouve a Senhora Presidente falar, não pode deixar de ficar satisfeito, com tudo aquilo que disse.-----

Neste orçamento aparece espelhado tudo aquilo que nós ambicionamos, e portanto julgo que faltará aqui alguma novidade, não aparece nada de novo. Aparecem aquelas obras que nós entendemos quase todos que devem ser feitas. Mas, quem ouve não olhou para os documentos, e quando nós olhamos para os documentos, nós entendemos que não passa em grande maioria de casos de intenções. É um orçamento que se fizessemos o exercício de colocar valores em tudo, seria um orçamento de 150 milhões de euros. Infelizmente não é isso que temos em termos de receita e portanto aqui é uma questão de gestão. E em termos de gestão a Senhora Presidente optou por fazer aquilo que considerava politicamente mais vantajoso. Colocou as coisas, colocou as obras mas colocou tudo com um euro. Era importante perceber que, tudo isto que aqui está, o que é que é possível fazer. Temos de ser razoáveis, estabelecer prioridades". Deu em seguida alguns exemplos.-----

Sabemos que poderá haver uma transição de verba deste ano para o próximo ano, poderá haver algum reforço de candidaturas e perguntou à Senhora Presidente quais são as prioridades. Em seu entendimento, o orçamento deve ser razoável, real e transparente".-----



A Senhora Presidente respondeu que não pode inventar receita, esse tempo já passou e a legislação não o permite. Devem deixar no orçamento rubricas abertas e se existir a possibilidade de execução evita alterações orçamentais.-----

Aquando da elaboração do orçamento como o Senhor Vereador sabe tiveram o problema da cabimentação de um milhão de euros, para a Escola Cristóvão Falcão, os aumentos salariais e a requalificação das carreiras, importa em 700 mil euros. Estas situações neste momento não têm receita e se fosse distribuída pelas diferentes rubricas com saldo de um euro, daria para executar muitas coisas.-----

Como o Senhor Vereador sabe o saldo de gerência permite transferir verba para o ano seguinte e pode ser incluído em maio e é com esse valor que estão a contar, e com 85% do milhão referente à Escola Cristóvão Falcão. Preferiu que não conseguiram cabimentar todas as rubricas como pretendiam, passando em seguida a explicar detalhadamente os exemplos referidos pelo Senhor Vereador João Cardoso. Concordou que o orçamento é pequeno para concretizar todas as intenções.-----

Solicitou em seguida a intervenção da Senhora Vereadora Laura Galão.-----

A Senhora Vereadora Laura Galão explicou que relativamente à varredoura foi considerado o valor de 6 meses de aluguer e mais tarde com a integração do saldo fazer a aquisição do segundo semestre.-----

A Senhora Vereadora Margarida Curinha cumprimentou todos.-----

Informou que vai apresentar declaração de voto e já foram esclarecidas nas questões que tinham.-----

O Senhor Vereador João Cardoso comunicou que a intervenção nos sanitários, já estava incluída no orçamento deste ano, e a Senhora Presidente comprometeu-se que iria reforçar a rubrica. Afirmou que há muitos anos que não se pode inventar receita, a legislação não o permite, felizmente. Acrescentou que não se pode iludir as pessoas com o que se vai fazer, mas não se coloca verba em orçamento. A Senhora Presidente está a contar com o saldo de gerência e com reforço de candidaturas, mas o saldo de gerência é a falta de execução deste ano, e o reforço da candidatura da Escola Cristóvão Falcão é uma hipótese que pode acontecer, mas não depende da Câmara Municipal. Concluiu que seria importante identificar as prioridades e quando a verba chegar, consoante o dinheiro que venha saber o que se vai fazer.-----

A Senhora Presidente recordou o Senhor Vereador João Cardoso que uma das obras que se atrasou imenso foi a expansão da zona industrial (3 milhões) e sabe muito bem qual a origem do atraso.-----



Handwritten signature

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com abstenção de voto das Senhoras Vereadoras Margarida Curinha e Sónia Ceia da Silva e do Senhor Vereador João Cardoso, aprovar o Orçamento para 2023 e Plano Orçamental Plurianual, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

" Declaração de voto das Senhoras Vereadoras Margarida Curinha e Sónia Ceia da Silva"

"Relativamente ao orçamento, trata-se de um documento puramente técnico e quanto à tecnicidade do mesmo, não temos nada a apontar.-----

Em relação à leitura que fazemos do mesmo, podemos verificar que as despesas correntes que existem são cada vez maiores sobre as receitas correntes, que existe uma ausência de espírito de novas candidaturas, que este orçamento em virtude da ausência de novas candidaturas e outras obtenções de receitas vai reduzir-se de 33 milhões para 18 milhões em 2024, o que representa uma redução orçamental significativa que é também preocupante. Este orçamento comporta 18 rubricas abertas que, a Senhora Presidente já explicou que, serão a reforçar com resultados transitados em virtude da falta de execução orçamental.-----

Nós, não poderíamos de maneira nenhuma votar a favor deste orçamento, porque entendemos que não tem uma ideia de futuro e da leitura que fazemos do mesmo não se vislumbra, uma rubrica, uma alínea, que nos permita perceber qual é a estratégia do Executivo em permanência e da Senhora Presidente para o ano de 2023.-----

Entendemos que o que está em causa é, pura e simplesmente, a continuação do mandato anterior, e portanto reservamos para essa altura a nossa apreciação quanto à posição estratégica da Senhora Presidente. Existe disponível uma ferramenta de gestão que corresponde à margem utilizável de 20%, o que representa 20% da margem absoluta e que terá aproximadamente um montante de 4 milhões de euros que não comprometeriam os limites médios orçamentais.-----

Obrigada. "-----

"Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador João Cardoso"



" O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023, apresentam documentos sem nenhuma ambição política que traduzem a governação que temos tido neste último ano, sem novas ideias e sem nenhuma estratégia. Repetimos, o que dissemos quando aprovámos o orçamento deste ano. Este não é o nosso orçamento, falta-lhe mais ambição, falta-lhe elevar a fasquia, mas apesar disso, decidimos não nos opor através da nossa abstenção, porque ele continua a ter espelhado muito do nosso programa anterior. Não sendo o nosso orçamento ele cria condições para continuidade da realização dos projetos idealizados pela CLIP e tem abertura para os projetos que são fundamentais realizar, alguns dos quais, para não variar estavam já gizados.-----

Nesse mesmo sentido, lembramos alguns, mesmo não estando incluídos neste orçamento, com rubrica ou verba, entendemos que são importantes para o nosso concelho; promover a remodelação da piscina Municipal descoberta, criar outras infraestruturas desportivas, nomeadamente campos de Ténis e de *Paddle*, criar o percurso pedonal doando à serra incluindo o passeio já existente, requalificar urbanisticamente o largo do rossio em Alagoa, construir um parque de caravanismo em Alegrete e no Reguengo. Reparar e consolidar a cerca muralhada do Castelo de Alegrete, avançar com a valorização urbanística na entrada da aldeia de Carreiras, com passeios e lugares de estacionamento. Implementar o projeto de requalificação da rua do Comércio e largos adjacentes, promover a conservação de estradas, caminhos e arruamentos municipais. Requalificar a rua Jorge Velez Caroço e as restantes ruas do Bairro dos Assentos, requalificar urbanisticamente o Bairro do Atalaião, a construção de ciclovias envolvendo a cidade e a requalificação da escola José Régio.-----

A CLIP participa sempre pela positiva e melhor do que ninguém, com sentido de responsabilidade, sabemos que Portalegre e os portalegrenses precisam de estabilidade, mas não estamos disponíveis para passar um cheque em branco ao Executivo de gestão corrente.-----

A nossa abstenção é o benefício da dúvida, que damos ao compromisso que a Senhora Presidente aqui assume nas rubricas que coloca sem provimento.-----

Um alerta Senhora Presidente, depois de ultrapassadas as dificuldades e restrições financeiras, que Portalegre herdou dos executivos PSD, e graças à boa gestão da CLIP e isso é inegável.-----

Depois de passada a crise COVID que tudo limitou, já era tempo de Portalegre ter mais ambição, mais dinâmica, mais ideias e mais projetos. Portalegre precisa de estratégias e objetivos e isto é pouco."-----



1109 – Para deliberar – Presente proposta referente às Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2023 a 2027.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com abstenções de votos das Senhoras Vereadoras Margarida Curinha e Sónia Ceia da Silva e do Senhor Vereador João Cardoso, aprovar a proposta referente às Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2023 a 2027, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à apreciação da **Assembleia Municipal** para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove o presente documento.-----

“ Declaração de voto das Senhoras Vereadoras Margarida Curinha e Sónia Ceia da Silva”

“Relativamente ao orçamento, trata-se de um documento puramente técnico e quanto à tecnicidade do mesmo, não temos nada a apontar.-----

Em relação à leitura que fazemos do mesmo, podemos verificar que as despesas correntes que existem são cada vez maiores sobre as receitas correntes, que existe uma ausência de espírito de novas candidaturas, que este orçamento em virtude da ausência de novas candidaturas e outras obtenções de receitas vai reduzir-se de 33 milhões para 18 milhões em 2024, o que representa uma redução orçamental significativa que é também preocupante. Este orçamento comporta 18 rubricas abertas que, a Senhora Presidente já explicou que serão a reforçar com resultados transitados em virtude da falta de execução orçamental.-----

Nós, não poderíamos de maneira nenhuma votar a favor deste orçamento, porque entendemos que não tem uma ideia de futuro e da leitura que fazemos do mesmo não se vislumbra, uma rubrica, uma alínea, que nos permita perceber qual é a estratégia do Executivo em permanência e da Senhora Presidente para o ano de 2023.-----

Entendemos que o que está em causa é pura e simplesmente a continuação do mandato anterior, e portanto reservamos para essa altura a nossa apreciação quanto à posição estratégica da Senhora Presidente. Existe disponível uma ferramenta de gestão que corresponde à margem utilizável de 20%, o que representa 20% da margem absoluta e que terá aproximadamente um montante de 4 milhões de euros que não comprometeriam os limites médios orçamentais.-----



Obrigada. "-----"

"Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador João Cardoso"

" O orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023, apresentam documentos sem nenhuma ambição política que traduzem a governação que temos tido neste último ano, sem novas ideias e sem nenhuma estratégia. Repetimos, o que dissemos quando aprovámos o orçamento deste ano. Este não é o nosso orçamento, falta-lhe mais ambição, falta-lhe elevar a fasquia, mas apesar disso, decidimos não nos opor através da nossa abstenção, porque ele continua a ter espelhado muito do nosso programa anterior. Não sendo o nosso orçamento ele cria condições para continuidade da realização dos projetos idealizados pela CLIP e tem abertura para os projetos que são fundamentais realizar, alguns dos quais, para não variar estavam já gizados.-----
Nesse mesmo sentido lembramos alguns, mesmo não estando incluídos neste orçamento, com rubrica ou verba entendemos que são importantes para o nosso concelho; promover a remodelação da piscina Municipal descoberta, criar outras infraestruturas desportivas, nomeadamente campos de Ténis e de Paddle, criar o percurso pedonal doando à serra incluindo o passeio já existente, requalificar urbanisticamente o largo do rossio em Alagoa, construir um parque de caravanismo em Alegrete e no Reguengo. Reparar e consolidar a cerca medalhada do Castelo de Alegrete, avançar com a valorização urbanística na entrada da aldeia de Carreiras, com passeios e lugares de estacionamento, implementar o projeto de requalificação da rua do Comércio e largos adjacentes, promover a conservação de estradas, caminhos e arruamentos municipais. Requalificar a rua Jorge Velez Caroço e as restantes ruas do Bairro dos Assentos, requalificar urbanisticamente o Bairro do Atalaião construção de ciclovias envolvendo a cidade, requalificação da escola José Régio.----
A CLIP participa sempre pela positiva e melhor do que ninguém, com sentido de responsabilidade, sabemos que Portalegre e os portalegrenses precisam de estabilidade, mas não estamos disponíveis para passar um cheque em branco ao executivo de gestão corrente. A nossa abstenção é o benefício da dúvida que damos ao compromisso que a Senhora Presidente aqui assume nas rubricas que coloca sem provimento.-----
Um alerta, Senhora Presidente depois de ultrapassadas as dificuldades e restrições financeiras que Portalegre herdou dos executivos PSD e graças à boa gestão da CLIP e isso é inegável.-----"



1113 – APROVAÇÃO EM MINUTA

De acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.-----

1114 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 10,36 Horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Maria Ruivo, que a secretariei.-----

A Presidente da Câmara 

A Secretária 